

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT05.020

## PODER, RESISTÊNCIA E PROCESSOS DE SUBJETIVIDADE NO “NOVO ENSINO MÉDIO”

Joanderson dos Santos Silva<sup>1</sup>

Erivan de Sousa Silva<sup>2</sup>

Tânia Dantas de Luna<sup>3</sup>

### RESUMO

A partir de um acontecimento configurado na ascensão de um governo comprometido com as políticas neoliberais no Brasil, após o golpe de 2016, aprova-se, mesmo em meio a tantos movimentos contrários, de luta e resistência, a Reforma do Ensino Médio. A Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro daquele mesmo ano, propunha priorizar, entre tantas observações, uma formação do discente calcada no não desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno, alinhando-o apenas para o atendimento emergencial do mercado de trabalho. Levando em conta essas informações, o presente trabalho objetiva descrever e analisar, de forma breve, dois enunciados coletados da internet com o propósito de identificar neles processos históricos e discursivos que visam, por meio de relações entre poder e resistência, à construção de um sujeito útil e dócil que atenda a uma necessidade política e econômica da sociedade. O método usado neste trabalho está alinhado a uma perspectiva descritivo-interpretativa de base qualitativa conciliado ao procedimento conhecido como arqueogenalógico dos Estudos Discursivos Foucaultiano. Espera-se nas Breves Considerações Finais ter evidenciado, a partir de análise enunciativa apresentada, os efeitos de poder e resistência refletindo na construção subjetiva do sujeito-aluno.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; Subjetividade; Resistência; Estudos Discursivos Foucaultianos.

1 Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING-UFPB), possui Especialização em Ensino de Língua Portuguesa (UENP) e graduação em Letras-Portuguesa (UEPB). – [joanderson.prtg@gmail.com](mailto:joanderson.prtg@gmail.com);

2 Pós-graduado pela a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP - [erivan\\_uepb@hotmail.com](mailto:erivan_uepb@hotmail.com) ;

3 Pós-graduada em Docência para educação profissional e tecnológica – IFPB – [taniadantas22@hotmail.com](mailto:taniadantas22@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Após o Movimento Popular de repercussão mundial ocorrido na França no mês de maio de 1968 em que estudantes reivindicavam por reformas estudantis ganhando forte adesão de trabalhadores e trabalhadoras que somaram força no processo de resistência contra as formas de controle do Estado surgem diversas correntes científicas com concepções e valores próprios que se consolidaram e até hoje rendem discussões e produções nas Universidades.

Dentre tantas frases transcritas nos muros franceses durante as manifestações daquele “maio de 68” está: “as estruturas não saem às ruas”, uma forma de legitimar o teor político dos analistas do discurso que passariam a dar atenção aos fatores externos à língua. Questões ignoradas pelos estruturalistas (corrente científica e método bastante influente naquele momento) que visavam um estudo da língua em si, sem tanto levar em consideração fatores sociais e históricos.

As estruturas não saem às ruas, mas o sujeito, sim, porque somos dotados de historicidade, de saberes os quais nos fazem desempenhar poderes, nos fazem resistir a eles e de nos construirmos enquanto ser político. O discurso nos proporciona essa armadura revestida de enunciados singulares que legitimam dizeres ou interdita os participantes na ordem social vigente. A língua é um produto do discurso. As estruturas são materialidades que não tomam posição, são imóveis, são repetíveis. Sem o discurso ela é corpo sem vida.

Rompendo com essa concepção de ciência mais “inerte” do estruturalismo, diversos pensadores e linguistas ganham destaque trazendo um estudo da língua para algo que vai além de um simples sistema regrado de comunicação em que há um sujeito falante (emissor), canal de comunicação e o ouvinte (receptor). O sujeito, a partir de agora, traz em seu sistema linguístico posições políticas, formações históricas que são únicas e recíprocas, ideologias e formação discursivas que os fazem compreender o mundo de maneiras diferentes, de se posicionarem de determinada forma, de dizerem isso e não qualquer outra coisa em seu lugar.

Michel Foucault, um desses pensadores da época que muito estudou a formação do sujeito levando em consideração a história e a língua (materialidade discursiva), foi rotulado por muitos cientistas como um pós-estruturalista. Enquanto o estruturalismo tendia a examinar as estruturas subjacentes e as regras que organizavam a sociedade, o trabalho de Foucault, concentrou-se em questionar as categorias tradicionais e as formas de controle social. Foucault estava particular-

mente interessado nas relações de poder, nas formas como o conhecimento é produzido e nas maneiras como as instituições moldam a experiência humana.

É por meio do método desenvolvido pelos Estudos Discursivos Foucaultianos chamado de arqueogenealógico que pretendemos mostrar processos de subjetivação de sujeitos que participam dos jogos de poder-resistência a partir de um acontecimento específico: A reforma do Novo Ensino Médio corrida no Brasil, em 2016, após a ascensão de um governo impopular do então Presidente da República, Michel Temer (MDB), comprometido com as pautas neoliberais.

Tal fenômeno contemporâneo se assemelha de alguma forma com o movimento estudantil relatado no primeiro parágrafo deste capítulo. Dadas às diferenças do tempo e às especificidades cobradas em cada movimento, o que nos cabe mostrar é que, de fato, somos levados a participar desse movimento de resistência ao poder que nos dociliza e nos torna produtivos em prol a uma determinada necessidade político-econômica. Em ambos os movimentos, as estruturas não saíram às ruas, mas foram usadas como materialidades discursivas por sujeitos que saíram. Tornaram-se enunciados passíveis de descrição e análise por pesquisadores que contemplam os Estudos Discursivos Foucaultianos.

Este artigo realizou um aproveitamento teórico e metodológico de uma dissertação ainda em andamento intitulada **A Construção Subjetiva do “Sujeito Protagonista” por meio do Dispositivo ECI da Paraíba** desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLINGUEPB) e recebe recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao fazer um estudo discursivo de um sujeito que é fruto de um novo modelo de educação desse estado, retornamos para um acontecimento nacional que culminou na reforma do Ensino Médio. A pesquisa de mestrado dialoga com inquietações de professores que passaram pela transição (ensino regular – reforma), gerando a problemática que rendeu este escrito.

O então Presidente da República, Michel Temer, empossado no dia 31 de agosto de 2016 após o processo de impeachment<sup>4</sup> de Dilma Rousseff (PT),

4 A depender da posição sujeito que enuncia, bem como do seu referente, pode-se denominar de golpe uma vez que, foi identificado pela perícia do Senado Federal, em 2016, que as chamadas pedaladas fiscais não tiveram a participação da presidente afastada, mas foram ilegais, e que os decretos suplementares foram resultado de ação direta de Dilma Rousseff configurando um interesse político do impeachment. Vem em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-depedaladas-fiscais.html> > acesso em: 07 janeiro de 2024.

chega ao Palácio do Planalto com um Plano Nacional de cunho neoliberal, propondo, como discurso verdadeiro da época, a salvação econômica do país a partir de um projeto de intensas privatizações estatais e de reformas trabalhistas, previdenciárias e educacionais.

O Ensino Médio brasileiro entra no rol dessas reformulações de lógica neoliberais e, a partir de uma implementação da Lei 13.415/2017, instaura-se o chamado “Novo Ensino Médio” ampliando a carga horária mínima para o aluno, modificando sua estrutura curricular e precarizando o trabalho docente. Essa situação imposta por um governo que ocupa a cadeira presidencial por meio de um processo de impeachment, sem diálogo com a sociedade e com demais pesquisadores da área da educação é responsável por acarretar diversas manifestações estudantis contrárias ao projeto, com táticas de ocupações das instituições de ensino em todo o país como forma de resistência.

Levando em consideração essa breve retomada histórica, proponho, como objetivo deste trabalho, descrever e analisar dois enunciados efetivamente ditos, disponíveis no Jornal “O Imparcial” (2017) e na “Agência Brasil” (2016) que refletem, justamente, esse acontecimento discursivo do poder e resistência. Partindo de uma posição de que todo discurso é construído historicamente a partir de uma relação entre poder-saber, analisemos os enunciados e identifiquemos neles as condições históricas para o seu aparecimento bem como os processos que legitimam a resistência dos sujeitos por uma desobediência que contribui com a sua formação subjetiva.

Este artigo faz uso do método arqueogenealógico foucaultiano, pois visa estudar, evidentemente, as relações entre poder e resistência tendo como foco o discurso, sem deixar de enfatizar a importância do desobedecer como critério, também, de formação de subjetividades que estão em jogo nos acontecimentos.

Parafraseando Gregolin em sua entrevista ao Navarro e Sargentini (2022), a abordagem arqueogenealógica, considerada como um método para apreender a existência e o surgimento dos discursos. Concentra-se na história com uma perspectiva crítica, buscando capacitá-la para oposição e luta. Através da arqueologia, é possível conectar os discursos aos eventos históricos, compreendendo as tramas que os entrelaçam, o que eles ocultam, e como concretizam ações e pensamentos em um determinado momento histórico. Simultaneamente, por meio da genealogia, não se deve deduzir o que é impossível realizar ou conhecer, mas ela nos faz perceber, na contingência do que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar daquela maneira.

## 2 PODER E RESISTÊNCIA: SUJEITOS EM PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÕES

Distanciamos-nos de uma concepção de poder que coloca o sujeito à mercê de um poder unilateral típico do “leviatanismo” de Hobbes (1983)<sup>5</sup> puramente opressor entre Estado e massas e propomos a pensar com Foucault sobre um poder difuso estando presente nos micro comportamentos dos sujeitos até às macro relações sociais. O Filósofo descreve (1979) o poder como uma rede ou uma grade dispersa, que se manifesta através de mecanismos disciplinares, tecnologias de poder e estratégias de controle. O poder não é uma entidade fixa, mas está em constante transformação e adaptação. Também não se localiza exclusivamente no Estado e seus aparelhos, mas ele está presente no tecido social, não se limitando às categorias ideológicas ou violências como proposto por Althusser (1970<sup>6</sup>). Proporciona meios de resistirmos a ele.

É importante ter em mente que todo poder se cruza com relações de saber. Afinal, estamos imersos nos saberes que condicionam as vontades de verdades de nossa época, nos subjetivam, autorizam nosso dizer. São os mecanismos de interdições abordados por Foucault em sua Aula Inaugural no Collège de France em 1970.<sup>7</sup>

Antes de trazermos o primeiro enunciado a ser analisado pensemos: O que legitimou o Discurso da Reforma do Ensino Médio, em 2016, pelo Governo Michel Temer e o que faz surgir estudantes que desobedecem e resistem ao projeto?

5 O “leviatanismo” de Thomas Hobbes refere-se à sua visão filosófica e política, particularmente apresentada em sua obra “Leviatã” (1651). Hobbes, um filósofo político inglês do século XVII, abordou questões fundamentais sobre a natureza humana, a sociedade e a autoridade política. Hobbes concebe o governo como um “Leviatã”, uma metáfora para um soberano absoluto, poderoso e centralizado que detém o monopólio legítimo do uso da força. Esse soberano é necessário para impor leis e manter a ordem social.

6 Althusser distingue entre os “Aparelhos Repressivos do Estado” (ARE) e os “Aparelhos Ideológicos do Estado” (AIE). Os ARE, como a polícia e o exército, funcionam através da coerção física para manter a ordem. Por outro lado, os AIE incluem instituições como a escola, a igreja, a família, a mídia, entre outros, que desempenham um papel na disseminação de ideologias.

7 “A Ordem do Discurso” é parte integrante do projeto de Foucault de examinar as relações de poder em diferentes instituições sociais e como essas relações são articuladas através do discurso.

**Enunciado 1:** O Poder: Governo sanciona a Reforma do Ensino Médio em fevereiro de 2017.

EDUCAÇÃO

## **Temer sanciona lei que estabelece a reforma do ensino médio**

*Segundo ele, a sanção da MP representa um "momento revelador de nosso governo com ousadias responsáveis e necessárias para que o país possa crescer e prosperar"*



Presidente Michel Temer, o ministro da Educação, Mendonça Filho, e o presidente do Consed, Eduardo Deschamps  
(Valter Campanato/Agência Brasil)

**Fonte:** Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2017/02/temer-sanciona-lei-queestabelece-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em 14 de jun. 2023.

O Brasil acabara de passar por um processo de impeachment, tirando do jogo a então Presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff (2011-2016), representante de uma camada da população mais marginalizada e trabalhadora do país com projetos focados no desenvolvimento econômico em comunhão com o desenvolvimento social. Sem entrar no mérito do processo, nesse momento cabe enfatizar o interesse empresarial em colocar como novo Presidente da República alguém que entendesse as suas necessidades e as concessões do mercado.

Michel Temer, sucessor de Dilma Rousseff de 2016 a 2018, foi associado às políticas econômicas alinhadas com princípios neoliberais<sup>8</sup>. Durante seu mandato, o governo programou uma série de medidas que buscavam promover a desregulação econômica, além de reduzir o papel do Estado na economia buscando por equilíbrio fiscal.

<sup>8</sup> Para uma melhor contextualização do percurso neoliberal e a política brasileira segue a obra "Brasil: neoliberalismo versus democracia" de Alfredo Saad Filho e Lecio Morais (2018).

Na educação, Temer aprovou<sup>9</sup> sem discussão com comunidade científica e com profissionais da educação, a Reforma do Ensino Médio, em 2017, por meio de uma Medida Provisória (nº 746/2016) que posteriormente foi convertida em Lei. Essa reforma introduziu mudanças significativas no currículo do ensino médio, permitindo maior flexibilidade na escolha das disciplinas oferecidas aos estudantes. Tal conduta proporciona uma adaptação na formação dos estudantes aos interesses do mercado de trabalho, seguindo uma lógica neoliberal de adequação das habilidades e competências às demandas econômicas.

Além disso, o governo Temer também promoveu cortes significativos nos investimentos em educação, afetando áreas como pesquisa, ciência e tecnologia, e programas de assistência estudantil. Esses cortes foram justificados como medidas de austeridade fiscal e ajuste econômico, em linha com a visão neoliberal de redução do tamanho do Estado e do gasto público.

Outra iniciativa foi a ampliação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que buscava estimular a participação da iniciativa privada na gestão de escolas e universidades públicas por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões. Essa abordagem foi vista como uma forma de incentivar a privatização da educação e a entrada de empresas no setor.

A professora Graciella Fabrício da Silva acompanhou atentamente as medidas neoliberais do governo Temer e como essas impactaram a educação pública do país. Segundo ela:

Por meio de parcerias público-privadas, de cortes orçamentários e de medidas que visam à padronização do ensino e o desenvolvimento da competitividade entre instituições, profissionais e estudantes, o Estado tem sido atuante na promoção da precarização e da privatização da educação pública. Apesar de a precarização e da privatização pública ocorrer por caminhos diferentes em cada país, os efeitos da política que impulsiona essa tendência têm sido semelhantes onde é implementada. (SILVA, 2022, p.136).

Em suma, o interesse primordial do Governo na reforma do ensino médio tem ligações diretas com o mercado. É uma clara apropriação do empresariado no sistema de ensino público brasileiro retirando cada vez da competência do

9 Não cabe aqui colocá-lo como único responsável pelo ato de aprovações de leis, projetos, reformas, fazendo apagar todas as estruturas que estão em jogo: o congresso, o senado, o mercado. Todavia, ao ocupar uma posição importante na ordem do discurso, cai sobre ele uma responsabilidade maior, de visibilidade.

Estado a formação do aluno-humano e formando um sujeito-técnico que atenda às suas necessidades políticas e econômicas por meio das medidas disciplinares presente no Dispositivo Escolar.

A Figura 1 é passível de descrição e análise dos seguintes enunciados:

**“Temer sanciona lei que estabelece a reforma do ensino médio**

Segundo ele, a sanção da MP representa um ‘momento revelador de nosso governo com ousadias reesposáveis e necessárias para que o país possa crescer e prosperar’”

A manchete foi tirada do Jornal “O Imparcial”, publicada em fevereiro de 2017. Sua matéria é longa e traz pronunciamentos do então Presidente da República e do seu Ministro da Educação, Mendonça Filho, bem como descreve sobre as principais mudanças do ensino médio brasileiro.

Faz-se perceber, por meio de uma breve análise do Discurso, toda uma relação de cunho neoliberal materializada no pronunciamento do Presidente da República. A Reforma do Ensino Médio foi uma das grandes marcas do seu governo e visibiliza toda uma função estratégica do mercado adentrando ao aparelho estatal via educação.

Haroldo de Resende (2018, p. 12), no livro “Michel Foucault a arte neoliberal de governar e a educação”, aponta que:

No campo educacional, certamente é um *locus* em que essa racionalidade neoliberal, assim como as práticas fundamentadas nessa racionalidade, entendida como um modo de vida, ganha cada vez mais espaço na atualidade. A escola decifrada pela forma econômica do mercado, por sua vez funciona como um aparelho de biorregulação que produz subjetividades individuais e sociais amaranhadas no modo de vida neoliberal, conectando-se a mecanismos que atuam em defesa da sociedade tal como se encontra montada.

O pronunciamento do Presidente, na manchete, atribui-lhe *status* e poder presente na ordem do discurso. Faz-se ancorar nas diversas relações de saber (jurídico, administrativo, econômico) como o propósito de torna as suas “ousadias reesposáveis e necessárias” aceitáveis no jogo do verdadeiro da época. Em outras palavras, é preciso ousadias neoliberais para que se possa salvar a economia do país por meio de um projeto com intensas privatizações estatais e de reformas trabalhistas, previdenciárias e, principalmente, educacionais.

Assim que surgiu o interesse do governo na reforma do ensino médio, movimentos estudantis e profissionais da educação se organizaram e começaram uma onda de ocupações das escolas em defesa de uma educação mais humana e longe do modelo neoliberal. Eis que surgem os regimes de contra-condutas por meio da desobediência.

No texto intitulado “Desobedecer” de Frédéric Gros (2018. p. 149-150) o autor esclarece que a desobediência civil:

designa o movimento estruturado de um grupo, e não uma contestação pessoal. Supõe a organização de um coletivo estruturado por regras determinadas de resistência, um credo comum, ordenado para um objetivo político preciso: em geral, a revogação de uma lei ou de um decreto considerados escandalosos, injustos, intoleráveis. [...] A desobediência civil supõe um “desobedecer juntos” que faz o coração do contrato social bater, dá corpo, por ocasião de uma contestação comum, ao projeto de “fazer sociedade” [...]. A desobediência civil faz da publicidade a mola propulsora de sua ação: denuncia-se a injustiça, demonstra-se a todos a iniquidade de uma lei expondo ruidosamente sua desobediência. As ações de desobediência civil dirigem-se à opinião pública e, em sentido amplo, até mesmo à consciência de todos, ao sentimento universal de justiça.

Enfatizamos a importância dessa margem que o sistema proporciona de resistir ao poder por meio da desobediência. É, então, por meio desta tomada de posição, movida por interesses sejam eles pessoais ou coletivos, contra algum entendimento de injustiça social que (re) construirmos nossa subjetividade.

**Figura 2:** Ocupações nas Escolas como forma de Resistir ao Poder



**Fonte:** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/maisde-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> Acesso em 13 jun. 2023.

Na segunda figura temos mais uma manchete. Agora, da “Agencia Brasil”, publicada no dia 25 de outubro de 2016, antes da sanção presidencial da Lei que legitima a Reforma do Ensino Médio. Refere-se aos movimentos de resistência contra a Reforma do Ensino Médio. Segue:

**“Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento”.**

Mais de mil escolas e outros espaços estão ocupados em todo país por estudantes, de acordo com o balanço divulgado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Ao todo, segundo a entidade, são 995 escolas e institutos federais, 73 campi universitários, três núcleos regionais de educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos, o que totaliza 1.072 locais.”

A matéria, também extensa, detalha as reivindicações dos estudantes secundaristas (a revogação da PEC 241/2016 que limita os gastos públicos por 20 anos, sendo, ainda, contra a Reforma do Ensino Médio) e traz a versão do governo sobre os movimentos estudantis.

Chama-nos atenção o modo como acontecimento é narrado pela mídia, já se tratando de uma cascata sobre o acontecimento que retorna sob as narrativas que o contam. Ao analisarmos o enunciado “entenda o movimento”, cria-se um tom didático do jornalismo que resgata a memória de outro acontecimento, o da reforma, que funciona aí como pré-construído, sob a evidência do acontecido. Essa atenção para o funcionamento da língua na história faz emergir uma leitura para além das evidências, uma leitura discursiva.

A desobediência dos estudantes em ocupar espaços públicos, de resistir ao poder do Governo Federal traz o caráter subjetivador faz o Estado rever suas ações e cria novas metodologias de condução dos corpos dos alunos. Disciplinas como filosofia e artes, por exemplo, que estavam ameaçadas - no início do projeto da reforma - a serem desconsideradas como obrigatórias na grade curricular, voltaram a se ter uma sua importância reconhecida.

Torna-se necessário refletirmos, a partir desse fato, sobre o nosso papel, enquanto pertencentes à sociedade, de nos posicionar frente às situações que ameaçam nossos direitos. Resistir é necessário para o exercício do poder. Embora Foucault não tenha utilizado o termo “desobediência civil” especificamente, suas reflexões sobre poder e resistência contribuem para a compreensão da natureza

da desobediência civil como uma forma de resistência política. Isso pode ser entendida como uma prática coletiva e não violenta de confronto e contestação das leis ou políticas consideradas injustas, exercendo a autonomia individual e questionando as normas e estruturas de poder estabelecidas. Retomando Gros (2018, p. 156-157) pensamos sobre o conceito do “eu indelegável” como ferramenta da resistência necessária para a nossa subjetividade.

Ninguém pode pensar em meu lugar, e ninguém pode decidir em meu lugar sobre o que é justo e injusto. E ninguém pode desobedecer em meu lugar. É preciso desobedecer a partir desse ponto em que nos descobrimos insubstituíveis, no sentido preciso de fazer essa experiência do indelegável, fazer a experiência do “cabe a mim fazer”, que não posso transferir a mais ninguém a tarefa de ter de pensar o verdadeiro, de decidir sobre o justo, de desobedecer ao que me parece intolerável. [...] Descobrir em si o eu indelegável é se sentir chamado a agir para os outros, a fazer existir essa justiça cuja urgência sentimos.

Somente eu, enquanto sujeito social, histórico e discursivo, posso, ao me deparar com situação de injustiça, desobedecer ao Estado. Isso deve me afetar e comover ao ponto de criar uma situação de inquietação. O acontecimento da reforma do ensino médio fez milhares de alunos saírem de suas casas, ocuparem as ruas e as instituições de ensino como forma de resistir ao poder. Com isso, cria-se formas de subjetivações e novas alternativas de docilização dos corpos dos alunos a fim de dar utilidade e produtividade ao poder econômico.

### 3 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enunciados apresentados evidenciam a importante relação entre poder e resistência disponíveis a partir do discurso que autoriza a reforma do ensino médio. Esse jogo é responsável pela formação subjetiva do sujeito aluno. Enquanto o Governo Federal se apropria do Dispositivo Escolar como ferramenta que condicionam a formação de um sujeito útil e dócil que atenda aos interesses neoliberais, os movimentos estudantis de resistência, por meio de desobediências e ocupações de instituições, lutam por mais investimentos do Estado na educação pública do país além de é uma formação mais humanizada, sem influência do mercado.

Assim, como mencionado na introdução do trabalho, os Estudos Discursivos Foucaultianos que surgem através da percepção histórica que vai

além das estruturas de comunicação tem uma função primordial de analisar as relações de poder que nos subjetivam e nos fazem ser e dizer isso e não qualquer outra coisa em seu lugar. O trabalho tem sua importância por analisar, mesmo que bem breve, quem são os sujeitos sociais que se fazem presente em diversos dispositivos de poder após essa Reforma do Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1970.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. **Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio**: lei nº 13.415/2017. Educação & Realidade, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 367383, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**; tradução de Luiz Felipe Neves. - 7. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**; trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**; org. Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HOBBS, T. **Leviatã. ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo, 1983. Disponível em: <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2010/06/23439650-278-col-ospensadores-hobbesleviata.pdf> acesso em: 20 nov. 2023.

NAVARRO, Pedro; SARGENTINI, Vanice. Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil-Cartografias: Entrevista com Maria do Rosario Gregolin. **Revista da Anpoll**, v. 53, n. 2, p. 20-40, 2022.

RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. Org. Haroldo de Resende. – São Paulo; Intermeios; Brasília? Coaes/Cnpq, 2018.

SILVA, Graciella Fabrício da; **Neoliberalismo, crise da educação e ocupações de escolas no Brasil**. – 1. Ed. – Curitiba: Appris 2022.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar, et al. **FOUCAULT, A Educação e o Neoliberalismo**. Educação em Revista, v. 38, 2022.